

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290003158



TCC/UNICAMP G586a

JOSIANE NUNES GONÇALVES

055017002

**ALFABETIZAÇÃO COM LETRA BASTÃO: POR QUE SIM? POR QUE
NÃO?**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

CAMPINAS

2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JOSIANE NUNES GONÇALVES

**ALFABETIZAÇÃO COM LETRA BASTÃO: POR QUE SIM? POR QUE
NÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado como pré requisito parcial
para a Obtenção do título de Licenciatura
em pedagogia, na Faculdade de
Educação da UNICAMP, sob a orientação
do prof. Dr. Guilherme do Val Toledo
Prado.

CAMPINAS

2006

© by Josiane Nunes Gonçalves, 2006.

| | |
|-------------|----------|
| UNIDADE: | F.E |
| Nº CHAMADA: | 15010107 |
| | 0586a |
| V: | EX: |
| TOMBO: | 3158 |
| PROC.: | 145107 |
| C: | D: X |
| PREÇO: | |
| DATA: | 28/03/07 |
| Nº CPD: | 400245 |

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

G586a Gonçalves, Josiane Nunes
Alfabetização com letra bastão : por que sim? por que não? / Josiane Nunes Gonçalves. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : Guilherme do Val Toledo Prado.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Alfabetização. 2. Escrita. 3. Letras. I. Prado, Guilherme do Val Toledo.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-786-BFE

*"...alfabetização como ato de conhecimento, como ato político é um esforço de
leitura do mundo e da palavra"(Paulo Freire)*

Agradeço,

À minha querida mãe, exemplo de mulher, de amiga, de companheira, de educadora e acima de tudo de mãe, que sempre me apoiou e me incentivou ao ofício de professora, colocando carinhosamente em minhas mãos de criança, o que no futuro se tornaria meu instrumento de trabalho: uma pequena lousa, giz e apagado...

À memória de meu eterno pai, protetor, conselheiro e acima de tudo um grande amigo, que sempre se orgulhou de minha formação docente.

Dedico,

À meu querido filho que em muitos momentos foi privado de atenção e colo de mãe por conta de minhas tarefas universitárias...

Meu marido que sempre me incentivou e me apoiou em meus cursos e estudos...

Meus irmãos que sempre com bastante humor me fizeram sentir orgulho da minha opção profissional...

Minhas cunhadas e cunhados que de alguma forma demonstraram admiração pelos meus estudos...

Minhas amigas que ao meu lado me ajudaram a enfrentar todas as dificuldades que enfrentei durante este percurso...

E ao meu professor Guilherme, um profissional digno de admiração que foi o grande responsável pela conclusão deste trabalho.

RESUMO

Minha pesquisa foi feita a partir de um questionamento que surgiu durante minha prática escolar em uma escola da rede pública da rede municipal da cidade de Hortolândia, a respeito do ensino da leitura e da escrita nas séries iniciais, bem como se dava o processo de apresentação das letras contidas em nosso alfabeto para a aquisição dos códigos escritos e ainda quantos alfabetos faziam parte desse processo. Busquei entender porque determinados alunos, foram alfabetizados com apenas um tipo de letra no caso, a letra de forma maiúscula, conhecida também como “letra bastão”, nas séries iniciais, onde as demais letras eram deixadas de lado no início do processo de alfabetização. Considerando que estes alunos eram minha responsabilidade no sentido de alfabetizá-los de forma efetiva (compreender as escritas existentes em nosso cotidiano), uma vez que já estavam na terceira série, iniciei um processo de alfabetização voltado para a forma das letras, partindo do pressuposto de que a escrita é conteúdo e forma e que devem ser ensinadas. Em busca de uma fundamentação teórica, fiz um levantamento sobre a história da alfabetização chegando até seus atuais conceitos, para uma maior compreensão sobre meu tema. Meu objetivo, portanto, foi analisar como as crianças compreendem as formas de escrita oferecida no processo de alfabetização a qual são submetidas no espaço escolar e as relações estabelecidas com estas, fora da escola e compreender a importância de ensinar as diferenças e as relações existentes em nossos alfabetos. Usei como metodologia observações e entrevistas em sala de aula das escritas e leituras dos alunos através de atividades dadas na sala de aula e entrevistas com as mesmas à respeito de como compreendiam as atividades propostas de leitura e escrita. Ao longo de minha pesquisa pude perceber que tema é bastante complexo e polêmico, onde inúmeras pesquisas vem contribuindo para que o processo de alfabetização aconteça de forma significativa, considerando a necessidade de apropriação da leitura e da escrita para um indivíduo que vive numa sociedade como a nossa – centrada na leitura e na escrita.

Palavra chave: alfabetização – escrita – letra.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Minha formação | 7 |
| Introdução..... | 9 |
| Breve histórico sobre a alfabetização..... | 13 |
| Métodos de alfabetização..... | 20 |
| Alfabetização do século XX..... | 24 |
| Conceitos de alfabetização..... | 29 |
| A pesquisa..... | 35 |
| Considerações finais..... | 52 |
| Referências bibliográficas..... | 55 |

Minha formação

Fiz magistério na rede pública estadual de Campinas no período noturno, onde professores, talvez por tratar-se de um curso técnico na época nos ensinavam metodologias de ensino, onde a grade curricular era repleta de tais terminologias como: Conteúdos Metodológicos de Ciências, Matemática, História, Geografia e Língua Portuguesa, que eram apresentadas como sendo manuais de instrução para formação de um professor de crianças. Fazíamos estágios, para podermos ter contato com a realidade da sala de aula e que na verdade foi o que mais me ajudou na minha formação, pois, as aulas de verdade nada tinham a ver com os conteúdos ensinados, os quais nos faziam acreditar que através destes, nos tornaríamos um profissional competente da área de educação. Na verdade tive também professores (embora poucos), que serviram de exemplo em suas metodologias de ensino para conosco que estávamos nos formando, mostravam afeto no que faziam e de alguma forma demonstravam acreditar em nossa formação docente.

Lecionei pela primeira vez, contratada como estagiária (cargo existente naquela época, remunerado pelo estado com duração de 2 anos) na Escola tradicional Carlos Gomes no centro da cidade de Campinas, onde morava, sendo o início de uma vida profissional como professora bastante rica em relação a metodologias de ensino, pois a cada ano mudava de escola por não ser concursada e ter poucos pontos para participar das atribuições e com a mudança de escola percebia também a mudança na metodologia dos professores. Hoje sou professora de primeira à quarta série do ensino fundamental com habilitação em educação infantil efetiva nas prefeituras municipais de Hortolândia e Sumaré.

Ao longo de minha trajetória de dez anos, nas redes públicas estaduais de Campinas e municipal de Hortolândia, me deparei com os mais diversos

profissionais da área da educação, porém minha admiração sempre foi aos professores alfabetizadores, que também variavam muito quanto a sua metodologia. Uns extremamente tradicionais usando cartilhas de forma “camuflada”, – talvez por medo de serem criticadas, uma vez que os métodos tradicionais com cartilhas foram banidos do atual contexto escolar – pautadas nas sílabas e nos textos descontextualizados, os quais estas acreditavam estar oferecendo para seus alunos uma alfabetização significativa. Dentre estes também me deparei com professores que se diziam construtivistas, deixando as crianças em contato não com a cartilha, mas com materiais escritos diversificados como revistas, jornais, livros paradidático, para que as crianças encontrassem determinadas letras de impostas, como as de seu nome e entre outras “sugeridas” pela professora que iriam auxiliá-las no processo de construção do conhecimento. Porém, cada uma delas tinha em comum o objetivo de alfabetizar seus alunos.

Eu, num primeiro momento de minha vida como estagiária e em outro como colega de trabalho, via nestas profissionais um grande empenho nesta tarefa tão árdua e ao mesmo tempo prazerosa que é a de alfabetizar, a qual particularmente sempre tive receio, pois acredito que a alfabetização é algo que marca a construção do indivíduo como ser social, considerando que através da leitura e da escrita me comunico com o mundo a meu redor, e que, portanto o acompanhará para o resto de sua vida, considerando o fato de que vivemos em uma sociedade grafocêntrica, ou seja, centrada na leitura e na escrita, sendo assim indispensável para a socialização do ser humano.

Meu problema

Minha pesquisa qualitativa deu-se a partir de observações feitas em uma classe de 3ª série do ensino fundamental pertencente a rede Municipal de Hortolândia, composta de 35 alunos, onde alguns destes alunos considerados alfabetizados, não liam e nem escreviam com letra impressa e menos ainda com letra cursiva. Passei então a me questionar a respeito do ensino da leitura e da escrita nas séries iniciais, como se dava o processo de apresentação de letras contidas no alfabeto para uma efetiva aquisição do código escrito e quantos alfabetos fazem parte desse processo, considerando o que diz CAGLIARI (1993) “cada tipo de letra é um alfabeto a ser ensinado” e buscando entender porque estas crianças foram alfabetizadas com apenas um tipo de letra a de forma maiúscula, conhecida também como letra “bastão”, nas séries iniciais, julgando os demais tipos de letra desnecessária para o início do processo de alfabetização. Como estes alunos eram minha responsabilidade no sentido de alfabetizá-los de forma significativa, no e torná-los capaz de se relacionar com o mundo através da escrita: compreendendo o que diz uma placa, uma receita, um anúncio ou um comunicado qualquer, um livro, um cartão postal, uma propaganda, por exemplo, uma vez que já estavam na terceira série.

Iniciei um processo de alfabetização voltado para a forma das letras, onde eu apresentava e ensinava as diferentes escritas e as relações existentes entre elas através de atividade de leitura e escrita na sala de aula. Entrevistava as crianças a respeito das atividades dadas, bem como, qual era o significado que a escrita e a leitura tinha para elas naquele momento dentro da escola e qual o significado que a mesma tinha para elas fora da escola. Analisava as respostas das crianças e

buscava referencial teórico que me auxiliassem tanto nas atividades quanto na minha preocupação em relação à necessidade de aprender das formas de escrita que fazem parte do nosso cotidiano, partindo do pressuposto de que a escrita é conteúdo e forma e que deveriam ser ensinados para então serem definitivamente aprendidos e compreendidos, uma vez que a escrita não se aprende naturalmente como afirma uma das teorias de SILVA (1995):

Adotamos como modelo a letra de forma por acreditarmos ser ela a letra mais conhecida pelas crianças, antes de uma leitura sistematizada da escrita, através da leitura de placas, rótulos, nomes de rua, outdoors, manchetes de revistas, jornais, etc. Dessa maneira, é possível incorporar os conhecimentos e as hipóteses que a criança tem antes da aprendizagem formal, além disso em "escrever em letra de forma" exige menor destreza motora por parte das crianças, sendo portanto possível que ele direcione seus esforços em desvendar o processo de alfabetização e não em conseguir reproduzir adequadamente as letras. Aprender a letra cursiva é um interesse que surge naturalmente em todas as crianças a partir do momento que elas se sentem seguras para ler e escrever (pág 24).

Todos os dias, no início das aulas logo após a pauta, comecei a escrever na lousa, implementando linhas, o alfabeto manuscrito maiúsculo e minúsculo, onde todas as crianças traziam até mim a transcrição do alfabeto manuscrito, maiúsculo e minúsculo para que eu pudesse verificar o traçado e leitura daquele tipo de letra que sempre fez parte de seu contexto social, seja em placas, livros, cadernos dos colegas, revistas entre outros. Pude perceber uma grande dificuldade por parte de algumas crianças que traçavam as letras cursiva todas acima da linha, inclusive as letras "p", "f", "q". Além do alfabeto com letra cursiva, para alguns alunos, ensinei

também a letra de forma minúscula, as quais, estes não conseguiam reconhecer quando se deparavam com elas em livros didáticos, revistas, paradidáticos, etc. Percebi que isso era um fato digno de atenção, pois as formas das letras variam entre si, umas mais e outras menos a começar pela letra "A" de forma maiúscula e a letra "a" de forma minúscula que não apresentam nenhuma semelhança entre si.

Conseguí ao longo do ano de 2005 que estas crianças passassem a ler e algumas também a escrever outras categorias gráficas, além da letra bastão, que me levava a crer ser a única letra ensinada no processo de alfabetização, limitando assim o entendimento do código escrito existente ao seu redor. Pude, portanto constatar que ao contrário do que Emilia Ferreiro coloca, as letras de um modo geral, nenhuma delas aprende-se de forma natural, o que nos leva também a conceituar o que vem a ser "natural", se não algo que está inato no ser humano, que é bem diferente do ato de aprender, onde segundo Vygotski a participação do outro neste processo de ensino aprendizagem, no qual a leitura e a escrita se faz presente é imprescindível. Irei apresentar algumas produções de alunos, onde poderemos analisar a escrita e constatar através de co relatos que me levaram a questionar quando posso considerar um aluno alfabetizado e se alfabetizar está relacionado ao tipo de letra a ser ensinado ou não, partindo também de alguns conceitos de alfabetização que fizeram parte de minha pesquisa.

Pretendo iniciar meu trabalho buscando entender primeiramente como se deu a história da alfabetização, bem como seus atuais conceitos e deixar claro que não pretendo aqui definir qual seria a letra mais apropriada para o processo de apropriação do código escrito, mas sim compreender a importância de ensinar as formas das letras durante o processo de alfabetização. Uma vez que ao me deparar com crianças de 3ª série do ensino fundamental, algumas destas consideradas

alfabetizadas, não liam e nem escreviam outra letra a não ser a letra de forma maiúscula a qual chamarei de letra “bastão” e como sabemos existem outros tipos de letras que fazem parte do nosso cotidiano.

Breve histórico sobre a Alfabetização

É através da linguagem que o homem se reconhece como humano, pois pode se comunicar com os outros homens e trocar experiências. Existe, porém, uma condição prévia para a manifestação da linguagem: é preciso haver um grupo humano, no qual o sujeito se confronte com o conjunto e se perceba como indivíduo. É, portanto, na convivência social que nascem as linguagens, conforme as necessidades de intercâmbio. (BORDINI E AGUIAR, 1988, p.9).

Alfabetização, no sentido literal da palavra, consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo pelo qual o indivíduo constrói a habilidade da leitura e escrita de uma determinada língua, em sua gramática e em suas variações. Este processo não se resume apenas à aquisição destas habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas a capacidade de interpretar, compreender, criticar, resignificar e produzir conhecimento.

Dessa forma, ela envolve, também, o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral. A alfabetização de um indivíduo promove sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos, acesso a bens culturais oferecidos pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Ora, todo aquele que se envolve com o processo educacional percebe que, nos dias atuais alguma coisa vai mal na educação ou seja, alunos que já estão na

escola há 3 ou 4 anos não conseguem fazer uso da leitura e da escrita que é o papel crucial da escola de ensino regular. Muitos, mais pessimistas dizem que o sistema educacional brasileiro está deteriorado, que é necessária, para solucionar esta situação, uma reformulação total nas bases do processo ensino-aprendizagem. Alguns apontam como culpada a escola de ensino regular; outros aos pais, que não acompanham o desenvolvimento dos filhos e outros, ainda, optam, como causa maior, as deficiências dos alunos (desnutrição, má-orientação, etc).

Apontar um ou outro aspecto como culpado e buscar solução apenas para ele seria continuar no círculo vicioso composto dos males da educação e nunca conseguir resolver eficientemente o problema na sua totalidade, haja vista que o processo educacional é um complexo que engloba várias dimensões (humanas, sociais, econômicas etc), as quais, embora se desenvolvam de diversas maneiras, se inter-relacionam sempre, com vistas ao alcance do mesmo fim: o educando.

Apontar as deficiências de nada resolve. Importante é que nos questionemos, que tentemos alguma coisa para responder à seguinte indagação: o que a escola deve e pode fazer? Em busca de como melhor respondermos a esta indagação, devemos entender como se construiu historicamente o processo de alfabetização, para percebermos como chegamos aos paradigmas educacionais presentes hoje em nossa realidade educacional e suas repercussões.

A escrita surgiu há mais de 5000 mil anos antes da era cristã, nos desenhos dos homens primitivos, como uma das primeiras formas de manifestação que visavam representar as vivências humanas, numa primeira tentativa de comunicação de idéias, a escrita ideográfica.

Cinco séculos depois os chineses, na Ásia, criavam pictogramas para representar a fala, evoluindo até os gregos que, utilizando a base consonantal,

criada pelos fenícios, introduziram as vogais, chegando ao alfabeto. Este processo se estabeleceu devido às mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas pelo qual passavam a humanidade.

Com a evolução dos desenhos e a aquisição da representação pelos pictogramas, como forma de expressar idéias pelos egípcios e sumérios, surgiu a necessidade de alguém para ensinar este novo código às pessoas. Porém, este conhecimento não estaria ao alcance de qualquer um, somente os burocratas e religiosos, poderiam ter acesso ao ele, pois saber significava poder, o que não era interessante, do ponto de vista político, oferecer à população como um todo, visto que poderia colocar em risco a hegemonia das classes dominantes, sobre as dominadas.

Com o advento da Revolução Industrial, esta concepção iria se alterar, devido à necessidade de mão-de-obra qualificada para operar as máquinas, necessárias à produção. Como resultado temos a valorização da educação "bancária", que visava formação para o trabalho, em que o nível de alienação da população seria garantido pela concepção ideológica do ensino a esta ministrada.

De acordo com Barbosa (1990), será somente em 1789 que se iniciará uma associação entre alfabetização e escola como marco fundamental da trajetória da escola que tinha como princípio garantir a todos os cidadãos acesso à escrita. No entanto, o modelo escolar de alfabetização como pe concebido nos dias atuais será concretizado apenas em 1880, com as escolas de Jules Ferry, na era republicana que pôde tirar da família a responsabilidade pela alfabetização, com o lema: *escolarizar para alfabetizar*, chamando-a para si.

Porém, este lema não significava que na prática era ofertada uma alfabetização inclusiva, pois a autora coloca que ao longo da história da escola, a

história da alfabetização era construída paralelamente a esta, mostrando que saber ler e escrever eram dicotomizados, enquanto métodos, processo e professores e não eram voltados à educação do povo. No início de sua história, o ensino de leitura, que precedia o da escrita, era altamente elitista, pois seus altos custos eram pagos pelos pais dos alunos e dirigidos por um preceptor muitos anos antes dos primeiros traços na aprendizagem da escrita, que como o ensino da leitura, era ofertada por especialistas de forma individualizada.

Barbosa aponta que o único ensino gratuito da época era o catecismo, sendo o custo da aprendizagem diferenciado de acordo com a habilidade a ser adquirida: ler, escrever, contar etc. O mesmo ocorrendo com os materiais, de forma que não fosse popularizado o acesso à leitura e escrita ao povo.

Assim, será somente após a Revolução Francesa que a escola se torna laica, universal, gratuita e sob controle de uma legislação centralizadora, unitária que visa a uniformização, através da massificação, levando a necessidade de se criar métodos de ensino que facilitassem o ensino coletivo e simultâneo.

Fora do Brasil, verificou-se, naquela época, abundância de escolas primárias e valorização do professor na Alemanha; uso de técnicas renovadoras como o uso do quadro de giz, na Holanda; método de Lancaster-Bell de ensino monitorial no qual alunos mais adiantados auxiliavam o professor ensinando aos companheiros o que já sabiam, na Inglaterra.

Esta estratégia de ensino monitorial, era considerada ideal para se educar as massas, pois o ensino mútuo propiciava ao professor dirigir-se à classe instruindo não mais o indivíduo, mas o coletivo ou simultâneo de indivíduos e, ainda dar espaço para a promoção da individualidade, através da ideologia do mérito pessoal,

da dedicação, e aproveitamento de oportunidades por uma criança em relação às outras.

Segundo Barbosa(idem), a junção do ensino da leitura e da escrita ocorrerá apenas no século XIX. A escrita deixa de ser uma arte e passa a ser um trabalho manual, mesmo com os protestos dos calígrafos. Logo em seguida, o ensino da escrita é simplificado, preparado e passa a ser utilizada a letra manuscrita ou de imprensa. Partindo do princípio de que a criança, no ensino simultâneo, lê o que escreve e escreve o que lê, a maior parte dos educadores, preferiram iniciar pela letra manuscrita, com a introdução gradativa, mais tarde da letra de imprensa:

Além de orientar as ações, o método traz implícito o objetivo que o professor pode atingir. Durante anos e anos a escola estabeleceu como meta o ensino de uma certa modalidade de leitura decorrente de um saber, específico sobre o sistema alfabético. Os métodos de alfabetização procuram evidenciar uma característica exclusiva desse sistema que possibilita a transformação de sinais gráficos em sinais sonoros. Era essa a leitura que esses métodos se propunham a ensinar. Mas os tempos mudam. Hoje, já poderíamos estar olhando, até com uma certa nostalgia, aqueles tempos em que bastava aquela noção rudimentar sobre o alfabeto para a escola cumprir a sua função: alfabetizar. Encerrada no interior dos seus muros, a escola talvez não tenha percebido que a entrada do século XX anunciava a aurora de um novo tempo (Barbosa, pág 43).

A utilização de uma nova proposta pedagógica para o ensino da leitura e da escrita sempre é resultado de um rompimento, mesmo que parcial com o que já se conhece, e, ao mesmo tempo, a busca pela continuidade, na busca de uma ligação com o passado que se transforma, mas sem se desvincular totalmente do que já foi construído historicamente.

Assim, as mudanças das concepções pedagógicas são sempre impulsionadas pelas circunstâncias e necessidades sociais e econômicas que levam uma nação a repensar suas práticas educacionais e tomar as mesmas como referências para as novas descobertas e investigações sobre a área da leitura e da escrita que venham responder às novas circunstâncias que configura a situação política, econômica, social e cultural do país.

De acordo com a história, com a Revolução Francesa, passa-se a ter por meta o estabelecimento da escola pública para todos os cidadãos, com ênfase no ensino dos usos da língua escrita, uma vez que a educação deixava de ser privilégio da elite aristocrática, passando a ser vista como necessidade social, condição para a democratização e preparação para a educação de cidadãos produtivos e alfabetizados diante das necessidades capitalistas que se colocavam para aquele momento histórico, dessa forma, será neste país, que se iniciará as primeiras tentativas de generalização da alfabetização ainda no final do século XVIII. Será ainda na França, com a consolidação da economia urbana voltada para o comércio de manufaturas, em substituição do setor agrícola, que se dará uma transformação na visão de criança, sociedade e educação, uma vez que com a revolução e a introdução do capitalismo, surge a necessidade de profissionais mais capacitados.

Surge, também a imprensa como meio de comunicação e difusão cultural, criando um público leitor. E, com a ampliação do sistema escolar, o novo sentimento de infância no sentido de percebê-la, cria-se o mito da escolarização, valorizando a leitura e a escrita como via de ascensão social para as camadas populares, que têm na escola um fator de intermediação entre estas e a cultura.

Para esta nova sociedade que se forma surge a adequação dos métodos de ensino, que não mais atendem a esta demanda populacional. A partir de então

passam-se a propor, diferentes modelos de alfabetização para atender às exigências de um novo tipo de pessoa letrada.

Métodos de alfabetização

Método fônico (ou sintético)

Segundo Barbosa (1990) o lingüista americano Bloomfield, propositor do módulo fônico desse método, defende que a aquisição da linguagem é um processo mecânico, ou seja, a criança será sempre estimulada a repetir os sons que absorve do ambiente. Assim, a linguagem seria a formação do hábito de imitar um modelo sonoro. Os usos e funções da linguagem, neste caso, são descartados por se tratarem de elementos não observáveis pelos métodos utilizados por essa teoria, dando-se importância à forma e não ao significado.

Neste método considera-se a língua escrita objeto do conhecimento externo ao aprendiz e o ensino se dá do simples para o complexo, acumulativa e racionalmente. Primeiro se ensinam as letras, depois as sílabas, as palavras, frases até, que por fim, texto, só passando de um estágio para o outro quando há o domínio do anterior.

Até a Idade Média uma pessoa levava quatro anos para aprender por este método, a ler um texto completo. Os textos não tinham pontuação, as palavras não eram espaçadas em branco, as letras tinham formas rebuscadas e ornamental e não havia normatização ortográfica. A aprendizagem da leitura ligava-se estritamente à aprendizagem da oratória, pois ler significava articular o escrito eliminando os “defeitos” da língua oral.

Na França, do século XVII, as crianças passavam por esse processo para ler primeiro em latim, e depois para aprender a língua materna. No século XVIII, Jean-

Baptiste de La Salle foi pioneiro em falar de educação popular apoiada na aprendizagem da leitura em língua materna.

Na segunda metade do século XVIII, Viard e Cherrier autores de metodologias propõem abandonar a soletração e iniciar o ensino da leitura pela sílaba, isto é, não ensinar mais a junção das letras, mas a sílaba completa. Este é o método silábico usado para substituir o alfabético.

No início do século XIX, a ênfase agora será para o som da letra, antes era para o nome. M de Lafforre, em 1828, propõe que se ensinem os sons das vogais depois os sons das consoantes simples e, por fim, os dos encontros consonantais, através da pronuncia e ir acelerando o ritmo da oralização destes signos do alfabeto para a criança aprender a ler.

Diante a não correspondência entre os sons e a grafia das letras. Dessa forma Laffore cria regras de correspondência som-grafia e estabelece exceções para essas regras.

No tocante à aquisição da linguagem escrita, a tônica é o intuito de fazer com que a criança internalize padrões regulares de correspondência entre som e soletração, por meio da leitura de palavras das quais ela, inconscientemente, irá inferir as correspondências: soletração/som.

De acordo com esse pensamento, o significado não entraria na vida da criança antes que ela dominasse a relação, já descrita, entre fonema e grafema. Nesse caso, a escrita serviria apenas para representar graficamente a fala. Assim, a função seria precedida pela forma; os ditames viriam dos autores das cartilhas, como se esses fossem os detentores do significado, sobrepondo-se ao leitor; o texto serviria somente para ser destrinchado, absorvendo aquele significado cristalizado contido nele; e o erro visto com elevada severidade.

Com relação à prática, observa-se que os mestres decidem como e quando as crianças devem aprender; ensina-se de padrões regulares, considerados mais fáceis, passando para os irregulares, considerados mais difíceis; supõe-se que a criança deva dominar o modo correto, levando-se em consideração a variedade lingüística; a criança deve ter pré-requisitos muito bem estabelecidos, para ser considerada apta à língua escrita.

Método global (ou analítico)

Radonvilliers, em 1768, questiona no método sintético a atenção da criança voltada para o exercício combinatório em relação ao abandono da atenção do significado do texto que é deixado para depois e, ainda, a decomposição da palavra em elementos mínimos quando a criança pode reconhecer a palavra inteira em um lance de olhar.

Em 1787, Nicolas Adam lança as bases para o método analítico, argumentando que, quando se quer mostrar um casaco para uma criança não se começa dizendo e mostrando separadamente a gola, os bolsos, os botões, a manga do casaco etc, mas sim mostra-se o casaco e diz seu nome. E, que a criança começa a falar desta forma e, então, essa seria a maneira de se ensinar a ler: escrever palavras significativas para a criança em pedaços de papel de diferentes formas; facilitando à criança o reconhecimento rápido das palavras. Após esta etapa, as mesmas palavras seriam escritas em formato idêntico, então, não mais necessitaria desse auxílio do papel diferenciado e se poderia passar a escrita de frases com as palavras já conhecidas com o que, ao passar um pouco de tempo a criança estaria lendo.

Dessa forma Nicolas rompe com o modelo sintético e propõe os fundamentos da formulação ideovisual na qual ler é mais importante que decifrar, destacando-se o texto em relação ao seu som e a aprendizagem partindo de palavras significativas e de relações afetivas para a criança. Após o domínio das palavras aprendidas globalmente seria feita a análise da palavra.

Assim esta metodologia opõe-se ao método sintético, questionando dois argumentos dessa teoria. Um que diz respeito à maneira como o sentido é deixado de lado e outro que supunha que a criança não reconheceria uma palavra sem antes reconhecer sua unidade mínima.

A principal característica que diferencia o método sintético do analítico é o ponto de partida. Enquanto o primeiro parte do menor componente para o maior, o segundo parte de um dado maior para unidades menores.

O método analítico se decompõe em:

1. **Palavração:** diz respeito ao estudo de palavras, sem decompô-las, imediatamente, em sílabas; assim, quando as crianças conhecem determinadas palavras, é proposto que componham pequenos textos;
2. **Sentencição:** formam-se as orações de acordo com os interesses dominantes da sala. Depois de exposta uma oração, essa vai ser decomposta em palavras, depois em sílabas;
3. **Conto:** a idéia fundamental aqui é fazer com que a criança entenda que ler é descobrir o que está escrito. Da mesma maneira que as modalidades anteriores, pretendia-se decompor pequenas histórias em partes cada vez menores: orações, expressões, palavras e sílabas.

A alfabetização no século XX

Na Europa Central iniciou-se, na metade do século XX, o ensino de alfabetização por métodos, chamado "Guerra dos Métodos": fonético, global e, no Brasil, a cartilha, pois acreditava-se que a alfabetização dependia do método de ensino para ser eficiente: ensinar a leitura e a escrita.

Com o fim da segunda Guerra Mundial, acabou esta guerra de métodos, pois na década de 60, começa a tomar vulto movimentos pelos direitos civis, nos Estados Unidos da América, através de reflexões sobre o fracasso dos negros na alfabetização, que se estendia, também aos professores. Destes estudos criou-se à teoria do déficit: as crianças não tinham pré-requisitos em casa que estimulassem sua aprendizagem, necessitando aprender na escola, o que não conseguiam em casa. Neste período surge o fracasso escolar, tirando da escola a culpabilidade pelo mesmo, passando-a para os alunos. No Brasil seria a vez do período preparatório, que viria antes da alfabetização, afim de preparar os alunos para o que seria a aprendizagem da leitura e da escrita, embasados por muitos teóricos.

De todas estas discussões nasceu o modelo Tradicional de ensino, onde o professor era considerado um técnico, que visava ensinar às crianças à aprender a mecanização da escrita, mas não a análise da sua evolução durante o processo.

No modelo tradicional de ensino, a aprendizagem era concebida como:

- exterior à criança;
- a educação era verticalizada: o professor detinha o poder e transmitia ao aluno, ou seja, quem sabe ensina e quem não sabe aprende;
- ênfase no código, que ia do mais simples para o mais composto;

- valorização do erro, como forma de ensino da grafia correta através da repetição dos exercícios, visando à memorização;
- ênfase na prontidão atrelada à maturação;
- trabalho desenvolvido num ritmo único, linear;
- escrita representa a fala, então era preciso transmitir os códigos da escrita através de atividades descontextualizadas;
- valorização da cartilha, que utilizava textos que procuravam enfatizar o código em detrimento do seu significado, não representando a realidade da criança;
- método de ensino aditivo, onde se ensina ao aluno, cada processo da construção de um texto por partes estanques, como se estas não se correlacionassem. (LEITE, 2003).

Já na década de 60, o educador Paulo Freire, introduziu um novo conceito de alfabetização de adultos que se delineava inovador e até mesmo "perigoso", devido a sua "subversão" da ordem estabelecida, uma vez que este método objetivava a alfabetização dos indivíduos, através do despertar da sua consciência crítica, em oposição às consciências ingênuas, estimuladas pelas classes dominantes, com o intuito de através de uma práxis libertadora que visava transformar a sociedade tornando-a mais igualitária e democrática.

Freire (1999), criticava a educação "bancária", que procurava anular o senso crítico do indivíduo, necessário para perceber a injustiça do modelo social que o escraviza. Para ele, a educação deveria ser uma prática libertadora, que desse ao homem capacidade de Ser e não Ter, se situar como produtor e consumidor de

cultura. Por isso foi exilado, na época da ditadura, mas continuou mundo a fora disseminando seu modo de encarar o processo educativo.

O Método que Paulo Freire disseminava consistia numa proposta para a alfabetização de adultos, que criticava o sistema tradicional que utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita. As cartilhas ensinavam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçosa (em linguagem de cartilha), como Eva viu a uva, O bebê baba, dentre muitas outras.

O processo proposto por Freire (1989) iniciava-se pelo levantamento do universo vocabular dos alunos. Através de conversas informais, o educador observa os vocábulos mais usados pelos alunos e assim seleciona as palavras que servirão de base para as lições. A quantidade de palavras geradoras pode variar de 18 a 23 palavras, aproximadamente. Depois de composto o universo das palavras geradoras, passa-se de exercitá-las com a participação do grupo.

A silabação: uma vez identificadas, cada palavra geradora passa a ser estudada através da divisão silábica, semelhantemente ao método tradicional. Cada sílaba se desdobra em sua respectiva família silábica, com a mudança da vogal. Por exemplo, para a palavra "ROBÔ", as sílabas são: RA-RE-RI-RO-RU, BA-BE-BI-BO-BU.

As palavras novas: o passo seguinte é a formação de palavras novas. Usando as famílias silábicas agora conhecidas, o grupo forma palavras novas e dessa forma em 45 dias um indivíduo estava alfabetizado, e o que é melhor: conscientizado sobre a sua condição de alienado pela classe dominante, de sua opressão e com vontade de mudar e transformar o mundo, esta é a práxis de Freire.

Com a evolução da sociedade, que demandava novas condições sociais, econômicas e culturais, tornando-se cada vez mais grafocêntrica e urbana, as realidades educacionais sofreram um abalo muito grande, principalmente com a introdução das teorias de Piaget, através de Emília Ferreiro e Ana Teberosky e da teoria sócio-construtivista de Vygotsky.

Tudo se inicia com uma questão que começa a intrigar e instigar novas pesquisas de concepção de alfabetização na década de 50, na área da Psicolinguística: o alfabetizado é um leitor ou um decodificador de palavras? E, assim, iniciam-se estudos em diversas áreas acerca do desenvolvimento e da aprendizagem da leitura e escrita a fim de responderem questões como essas. Esses estudos dão suporte a construção dos pressupostos teóricos para uma nova didática para a prática da alfabetização.

Neste novo paradigma, chamado Psicogênese passa-se a considerar a criança como um sujeito cognoscente e que constrói ativamente o saber. Essa teoria vai diferenciar o método de ensino de alfabetização e a aprendizagem ou construção do conhecimento sobre a leitura da criança.

A língua escrita passa a ser concebida como um sistema de representação, um sistema de representação da linguagem com diferenças entre significado e significante; aprender a escrita é um processo de construção da compreensão da natureza dessa representação.

Hoje as teorias da alfabetização preocupam-se em afirmar a importância do educando no seu processo de alfabetização como sujeito ativo que constrói conhecimentos acerca da leitura e escrita. A relação professor/aluno é de mediação entre o processo de aprendizagem e criança que elabora hipóteses sobre o conteúdo trabalhado.

Em 1985, no Brasil, pós-ditadura, começou-se a introduzir nos meios educacionais novos métodos educacionais baseados nestas teorias: era a chamada “febre construtivista” que assolou os meios pedagógicos do país.

Segundo Smolka (2001), esta nova teoria piagetiana vinha para abolir o ensino tradicional de modo definitivo do cenário educacional brasileiro. Porém, esta teoria oriunda da Psicologia, não era e nem nunca foi um método, mas uma contribuição aos educadores para que estes entendessem as fases pela qual cada criança passa ao longo de seu desenvolvimento, e em particular, nas teorias de Ferreiro e Teberosky, no desenvolvimento das hipóteses de leitura e escrita.

Conceitos de alfabetização

Alguns pesquisadores tanto da área da lingüística, quanto da psicologia buscam uma definição para o conceito de alfabetização, conceito este, indispensável para a compreensão do processo de ensino e de aprendizagem do código escrito de uma determinada sociedade, bem como sua importância para os indivíduos participantes desta.

Segundo Soares (1985) a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral é um processo permanente, nunca interrompido. A diferença entre processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua é que este último nunca se interrompe. No sentido restrito, alfabetização é um processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita. Três pontos de vista devem estar presentes no duplo significado que os verbos ler e escrever, têm em nossa língua. Em primeiro lugar, ler e escrever, significam o domínio da "mecânica" da língua escrita, nesta perspectiva alfabetizar-se significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita em língua oral (ler). Processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) em fonemas (ler). A autora ainda coloca que o alfabetizando deve construir para si uma forma sobre a relação entre sons e letras em nosso idioma.

Em segundo, significam apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita (ler) ou expressão de significados expressos por meio da língua(escrever); processo de compreensão/expressão de significados, "um

processo de representação que envolve substituições gradativas ("ler um objeto, um gesto, etc) em que o objeto primordial é a apreensão e a compreensão do mundo, desde o que está mais próximo à criança ao que lhe está mais distante, visando à comunicação, à aquisição de conhecimentos. Kramer (1982) e Soares (1985), uniram estes dois pontos de vista e conceituou a alfabetização como:

Alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados através do código escrito (SOARES, pág 35).

Porém os dois pontos de vista presentes neste conceito são apenas parcialmente verdadeiros. Primeiro, a língua escrita não é uma mera representação da língua oral. Segundo os problemas de compreensão/expressão da língua escrita são diferentes dos problemas de compreensão/expressão da língua oral; discurso oral e o discurso escrito organizam-se de forma diferente.

Terceiro, o aspecto social. A conceituação de alfabetização não é a mesma, em todas as sociedades, depende das funções atribuídas por cada uma delas à língua escrita, portanto o conceito de alfabetização depende, assim, de características culturais, econômicas e tecnológicas (UNESCO).

Considero que uma teoria coerente de alfabetização deve basear-se num processo suficientemente abrangente para incluir a abordagem "mecânica" do ler/escrever, bem como o enfoque da língua escrita como meio de expressão/compreensão do mundo em que o indivíduo está inserido, promovendo a

autonomia em relação à língua oral, e, ainda, aos determinantes sociais das funções e fins da aprendizagem da língua escrita.

Portanto a alfabetização é um processo altamente complexo, sujeito à influência de inúmeras variáveis-psicológicas, sociais, políticas, lingüísticas e pedagógicas. Esta complexidade e multiplicidade de variáveis explicam por que este processo tem sido estudado por diferentes profissionais, que privilegiam ora esta, ora aquela habilidade, segundo a área de conhecimento a que pertencem, resultando assim numa visão fragmentada do processo e, muitas vezes, uma aparente incoerência entre as análises e interpretações propostas. Tais variáveis envolvidas no processo de alfabetização, Soares (1995) denominou como Facetas da Alfabetização que referem-se fundamentalmente, às perspectivas psicológicas, psicolinguísticas, sociolingüística e propriamente lingüística do processo de alfabetização.

A perspectiva psicológica tem predominado nos estudos e pesquisas sobre a alfabetização. Analisa os processos psicológicos considerados necessários como pré-requisito para a alfabetização, processos psicológicos por meio dos quais o indivíduo aprende a ler e a escrever. Enfatiza as relações entre inteligência (QI) e alfabetização e os aspectos psicológicos da alfabetização (percepção do esquema corporal, estruturação espacial e temporal, discriminação visual e auditiva, psicomotricidade etc). Utiliza testes psicológicos e testes de "prontidão" como medidas das condições intelectuais, fisiológicas e neurológicas da criança para a alfabetização.

O foco mais recente de análise da alfabetização, voltou-se para abordagens cognitivas, sobretudo no quadro da Psicologia Genética de Piaget. Destacam-se

as pesquisas de Emilia Ferreiro, que vem realizando investigações sobre os estágios de conceptualização da escrita e o desenvolvimento da "lecto-escrita" – leitura e escrita – na criança. Essa perspectiva cognitiva da alfabetização aproxima-se muito dos estudos psicolingüísticos a respeito da leitura e da escrita; às vezes, confundem-se mesmo com eles. A perspectiva psicolingüística, volta-se para a análise de problemas como a caracterização da maturidade lingüística da criança para a aprendizagem da leitura e da escrita, relações entre a linguagem e memória, a interação entre a informação visual e não visual do processo de leitura, a determinação da quantidade de informações que é aprendida pelo sistema visual, quando a criança lê. Sob a perspectiva sociolingüística, a alfabetização é vista como um processo estreitamente relacionado com os usos sociais da língua, considerando-se como fundamental o problema das diferenças dialetais.

Segundo Silva (1988), o processo de alfabetização é um processo de transferência da seqüência temporal da fala para a seqüência espaço-direcional da escrita, e de transferência da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita.

Sobretudo, esta segunda transferência que constitui, em essência, a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo de estabelecimento de relações entre sons e símbolos gráficos, ou entre fonemas e grafemas. Ora, como não há correspondência unívoca entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico na língua portuguesa, o processo de alfabetização significa um progressivo domínio de regularidade e irregularidade. O que foi superficialmente, exposto, pode-se concluir que a alfabetização é como se disse inicialmente, um processo de natureza complexa, multifacetado, que fazem dele objeto de estudo de várias ciências. O autor explica também que o indivíduo deve compreender que é através do alfabeto

que se constitui a representação da língua, mas que a escrita não pode ser vista como uma representação gráfica da fala:

A questão da fundamental no processo de alfabetização é a compreensão da estrutura do sistema alfabético enquanto representação da língua, ou seja, não se trata de considerar a escrita alfabética como uma representação gráfica dos sons da língua. Esse enfoque privilegia a escrita, como objeto substituto que é diferente da linguagem oral, portanto, a escrita não é a simples transposição gráfica à linguagem oral (pág. 10).

Daí a complexibilidade do ato de ler e escrever, pois, ao mesmo tempo que a escrita representa a fala, ela também está carregada de normas e regras arbitrárias que devem ser respeitadas para que se possa fazer entender através de um amontoado de letras usadas para se expressar de forma clara a fazer-se entender na sociedade em que vive, sendo também uma forma de ascensão social, oferecida num espaço que tem por excelência a obrigação de promover a mediação entre estes dois fatores: a escola.

Para Vigotski (1998), a escrita é também um discurso sem interlocutor, ou seja, dirigido a uma pessoa ausente ou imaginária ou a ninguém em particular, situação essa que para a criança é nova e estranha, onde a ação de escrever exige uma ação de análise deliberada, pois quando a criança fala, ela tem uma consciência não muito clara dos sons que pronuncia e nem das operações mentais que executa. Porém ao escrever é necessário que a criança tome consciência das

operações sonoras de cada palavra, tendo que se apropria através da memorização mediada e reproduzi-las em forma de símbolos alfabéticos.

Acredito que é preciso considerar, também, os aspectos sociais e políticos que condicionam a aprendizagem, na escola, da leitura e da escrita e além, disso poder pontuar ou afirmar quando um indivíduo pode ser considerado alfabetizado, onde não podemos desconsiderar a apropriação do termo que vai além da alfabetização que é o letramento, porém este segundo conceito, prefiro deixar em aberto, pois acredito eu, este ser ainda mais complexo do que a alfabetização em si, que é meu eixo temático de minha pesquisa, sendo esta direcionada a categorização gráfica utilizada nos processos de aquisição da língua escrita.

Freire (1989), explica a alfabetização como ato político, nunca neutro e afirma:

Que a alfabetização tem a ver com a identidade individual e de classe, que ela tem a ver com a formação da cidadania, tem. É preciso. Porém, sabermos primeiro que ela não é alavanca de uma tal formação: ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania. Segundo é necessário que a tomemos e que a façamos como um ato político, jamais como um fazer neutro (pág.15).

A PESQUISA

Quero expor uns dos problemas enfrentados por mim, em uma classe terceira série do ensino fundamental de uma escola da rede pública municipal de Hortolândia no ano de 2003. A sala de aula era composta por 35 alunos, sendo que parte deles foram alfabetizados somente com letra bastão. Ao longo do ano letivo, me preocupei em analisar através das escritas e seus depoimentos, como elas percebiam a escrita em seu cotidiano e qual a importância e a necessidade ou não de se apropriarem do código escrito, uma vez que este é representado de diferentes categorias gráficas, que de alguma forma se diferencia da escrita apresentada na escola. Fiz referências bibliográfica acerca do papel da escola, onde pude constatar que este modelo de escola que tem o papel crucial de alfabetizar surgiu em 1880, onde de alguma forma justifico minha preocupação em alfabetizar meus alunos, valorizando a leitura e a escrita como via de ascensão social para as camadas populares sendo um meio de comunicação e difusão cultural, a fim de criar um público leitor que é capaz de estabelecer uma relação entre as diferentes formas de escrita existente nesta sociedade. Em minhas atividades também procurei considerar os conceitos de alfabetização apresentados em minha pesquisa, que se fundamentam no ato de ler e escrever as letras dos alfabetos, letras estas que poderemos nos deparar em nosso cotidiano.

Fiz uma análise dos textos escritos pelos alunos, para que de alguma forma possamos compreender e entender a necessidade ou não de ensinar as diferentes formas de escritas existentes em nosso cotidiano, durante o processo inicial de alfabetização.

Analisemos a seguir uma atividade de leitura dada na sala de aula, onde escolhi um aluno que apresentava bastante dificuldade de entendimento em relação as letras diferentes das quais foi alfabetizado – a letra bastão. Douglas (nome fictício), um de meus alunos que fará parte de minha pesquisa, lê e escreve com a letra bastão. Na seguinte atividade dada no contexto de sala de aula, pedi para Douglas ler o seguinte texto com a letra imprensa, conteúdo de uma ficha de atividade que tinha como objetivo levar o aluno a interpretar e compreender o texto retirado de um livro didático:

A Bruxa

De repente, num furacão, numa vassoura chegou Felina, a escandalosa bruxa loira, varreu estrelas, varreu a lua e os planetas, e na vassoura dava pinotes e píruetas!

A tal Felina é uma bruxa, é um barato, tem quatro pernas, duas meias e um sapato, usa vestidos de neblina e muito trapo, é cozinheira feiticeira, de fino trato.

A sua sopa, que ela cozinha numa tina, tem pó de mico misturado com gelatina, tem espinafre com meleca apimentada, pipi de pulga, chulé de sapo, em coalhada.

BRTHOF, Sylvia. *Moda de viola rebola-hola*. In: *Revista Nova Escola*. São Paulo: Abril, nº 30, p. 30-31, maio de 1989.
© by herdeiros da Sylvia Orthof



Douglas bateu os olhos na escrita, ficou observando o desenho e começou a ler da seguinte forma: "A bruxa estava passeando no céu de noite, ia viajar..." Interrompi sua leitura e pedi para que ele lesse as letras escritas, e me respondesse

sobre o conteúdo do texto, bem como, qual o nome do personagem da história, no caso a bruxa e o que ela fez, segundo o que está escrito na história, mas fazendo de conta de conta que não tinha figura no texto. Este ficou mudo por um tempo e disse com firmeza: *"Eu não sei"*. Apresentei então, o mesmo texto escrito com letra bastão, e este leu/decodificou as letras ali escritas de forma correta e respondeu com dificuldade as perguntas levantadas. Retomei ao texto inicial e insisti na leitura, ele leu as letras A, O, V e C sem qualquer associação com sílabas ou palavras. Perguntei, então porque ele leu o primeiro texto e não leu o segundo. Este aluno, então me respondeu que a escrita era diferente.

Refletindo sobre a resposta do aluno, acredito que Douglas percebeu que o desenho das letras do texto apresentado primeiramente com letras imprensa e que as letras que constituíam o segundo texto – letra bastão – , ou que o código apresentado em cada um dos textos, não tinha nenhuma associação, quanto as suas formas, o que leva a confirmar a fala de Cagliari (1993) quando afirma que devemos explicar para as crianças as diferenças e os usos que fazemos com as letras de forma e cursiva, para que elas, não confundam as duas escritas, evitando assim tais confusões que a escola cria para a alfabetização. O autor explica também a grande diferença pictórica da letra de forma maiúscula e minúscula, tanto como as letras cursivas também maiúsculas e minúscula, que aparecem nos livros didáticos e ou até mesmo em atividades dadas pelos professores sem nenhuma explicação, como se tudo fosse a mesma coisa. Confusão esta, que acredito acontecer na afirmação de Abaurre(1990) que sugere:

:

As crianças tem que ter acesso a todo tipo de material escrito ao mesmo tempo, inclusive materiais herméticos. Isso é importante por que as crianças tem que saber que existem livros que contém coisas que elas não entendem perfeitamente, que existem outros dos quais não entendem nada e outros que estão na metade do caminho. Quando um indivíduo tem acesso aos diferentes tipos de letra começam a elaborar na medida de suas possibilidades as diferenças entre eles (pág. 28).

Acredito que a fala de Abaurre (1990), pode ser complementada por Vigotski com relação ao papel crucial do outro, ou seja, neste caso o professor, para que este indivíduo possa se apropriar dos tipos de escrita que tem contato e fazer possíveis associações entre tais letras. Devemos também considerar a fala de Cagliari (1993), quando afirma que cada tipo de letra é um alfabeto a ser “ensinado”. Portanto suas diferenças pictóricas não podem ser ignoradas no processo de aquisição do código escrito.

Silva (1995), afirma que a criança quando é alfabetizada com a letra de forma maiúscula, aprende a letra cursiva “naturalmente”. Mais um ponto para ser discutido quanto ao papel do professor, uma vez que a escrita, seja esta com letra cursiva ou de forma, é aprendida naturalmente. Qual seria a definição da palavra naturalmente, usada pela autora. Acredito que a palavra “naturalmente” deriva da palavra “natural”, algo que é inato e não precisa da mediação do outro para aprender, como as necessidades fisiológicas do ser humano e dos outros animais. Portanto a escrita não pode ser tratada de forma tão genérica e sem maior atenção, quanto a sua aquisição e apropriação, pois se assim fosse, não seria necessário a mediação do outro, do professor e tão pouco precisaríamos da escola para a sua aquisição da língua escrita que acaba por promover a inserção dos indivíduos em

uma sociedade considerada grafocêntrica (dona de uma enorme variedade de grafias, que exige conhecimento, como a nossa. Cagliari (1993) mais uma vez afirma que:

Deve-se ensinar a caligrafia da escrita cursiva. Não cuidar da arte de escrever é um equívoco, um erro da escola que se diz moderna (Pág 98).

Percebe-se diferentes pontos de vista entre pesquisadores da área de lingüística e de psicologia. Porém analisando a atividade realizada com Douglas podemos concordar com Cagliari (1993), onde vemos que realmente a escrita é algo que deve ser ensinada, pois se o professor não explicar a associação existente entre uma escrita e outra, a criança não aprende ou as associa de forma "natural". Peguemos como exemplo, o fato de como estabelecer uma associação entre a letra "Q" (Forma maiúscula) e a letra "q" (Forma minúscula), diferença esta que aumenta ainda mais quando comparamos com a letra cursiva, que é o sistema de escrita mais complicado que existe no mundo, possuindo uma enorme variação, seguindo as idiossincrasias de cada usuário.

Por outro lado me questiono quanto ao significado que tem para essa criança, estar em contato com diferentes tipos de material impresso, como um bilhete, um anúncio, uma carta, uma receita, etc., uma vez que esta afirma não conseguir ler letras diferentes da qual ela foi alfabetizada

Outra questão me vem à tona: Posso considerar esta criança alfabetizada, uma vez que é claro a existência de uma limitação em relação a decifração do código escrito essencial para as práticas de leitura e escrita que fazem parte da sociedade em que vivemos.

De acordo com Abaurre (1990), posso considerar o aluno Douglas, um analfabeto funcional que chega a entender a base alfabética (mas apenas de um alfabeto), conseguindo utilizar as letras para dizer alguma coisa num pedaço de papel e conseguindo reconhecê-las, porém o que ele escreveu, ou seja, é capaz de escrever um bilhete, mas ele não tem acesso a toda discussão vital que fazemos de determinadas questões através da escrita, ou seja não consegue acompanhar a leitura de um texto informativo de uma revista ou jornal, interagindo com o que está escrito. Provavelmente, pela categorização gráfica que lhe é limitada. Porém fica difícil numa abordagem histórico cultural concordar com Abaurre (1990) quando afirma:

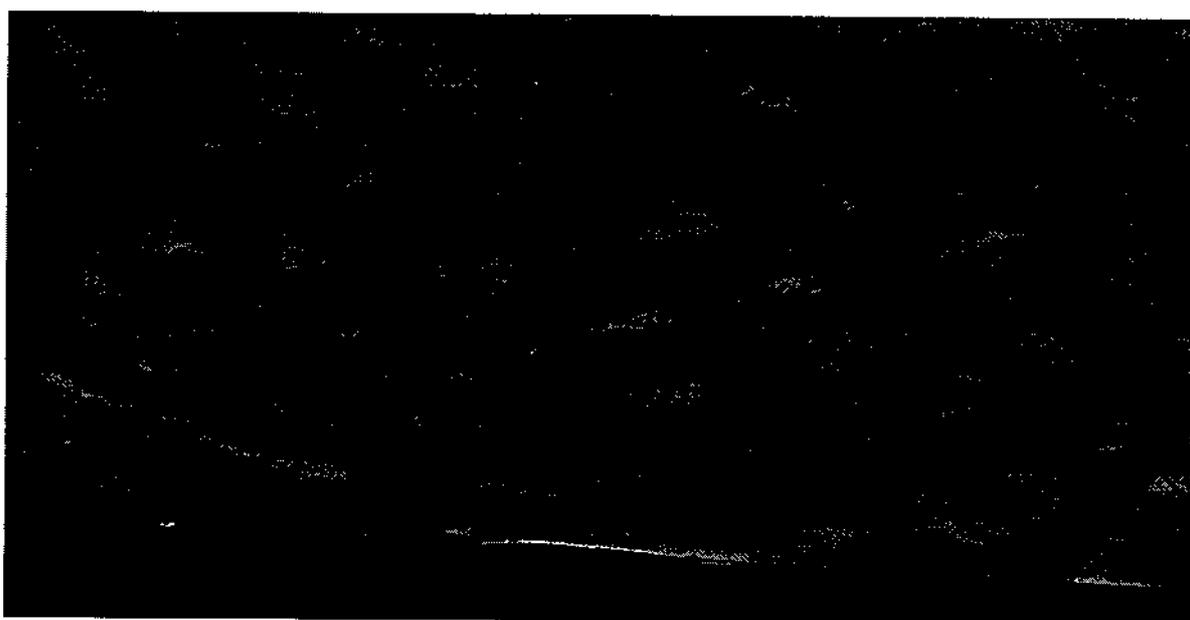
Um sistema alfabético não se define pelo fato de usar certas marcas. O essencial para distinguir uma representação alfabética de outras reside em saber de que maneira representa a linguagem e como a representa, o que não tem nada a ver com a forma das letras, com a orientação espacial dos signos, com as grafias adicionais especiais, etc. Esta distinção é útil porque se pode demonstrar com dados de pesquisa que os aspectos centrais (vinculados ao que se representa e ao modo de representá-lo na escrita) são os de aquisição realmente problemática (pág 77).

Porém para Lúria (1988), a escrita tem uma função mnemônica, que é acionada quando voltamos ao que escrevemos e conseguimos lembrar o que queríamos dizer e considerando a leitura anterior que analisamos de Douglas, vemos que a função essencial da escrita se perde, pois não remete nenhuma idéia a este indivíduo ao entrar em contato com elas.

Trabalhei com ele e com os demais alunos da classe as letras de forma maiúscula e minúscula, bem como as letras cursiva maiúsculas e minúsculas de um modo geral, de maneira a proporcionar a relação entre as letras, mesmo que estas tenham desenhos diferente. Foi um trabalho sistemático e contínuo, sobre como escrever, traçar e associar pelo menos os quatro tipos de categorização gráficas que antes eram apresentada e ensinada nas tão criticadas cartilhas fazendo parte do processo inicial de alfabetização.

Outra atividade a ser analisada será a partir da observação da escrita com letra cursiva da aluna Larissa (nome fictício). O texto a seguir é de difícil entendimento com relação ao que ela quer escrever/dizer através da linguagem escrita, pois, se tomamos por base apenas esta escrita sem fazer nenhuma relação com o contexto em que esta atividade de escrita se relaciona, ou sem fazer um contato com a autora da escrita, dificilmente conseguiríamos dizer que esta criança é alfabetizada, uma vez que sua escrita não é capaz estabelecer uma das funções sociais da escrita, que é a comunicação com o outro, considerando a fala de Cagliari (1993), onde afirma que a escrita, para ser lida por outra pessoa, deve ser apresentada com caracteres que facilitam a leitura.

alfabeto com letras cursivas maiúsculas e minúsculas na lousa, esta ao transcrever de forma cautelosa, levava seu caderno até mim para receber uma confirmação de que estava conseguindo desenhar as letras, deixando minha mesa quase satisfeita, afirmando: "*Vou conseguir professora, fazer direitinho as letras*". Sentava, passando para as próximas atividades, onde não mostrava tanta preocupação com a forma, talvez porque desde primeiros dias de aula, onde ele demonstrava muita preocupação em conseguir escrever a letra cursiva eu a estimulava, dizendo que não se preocupasse, pois teríamos o ano todo para atingir seu objetivo: escrever a letra cursiva de forma legível, tanto para ela, quanto para os demais indivíduos que compunham o contexto social em que vivia, atentando-se apenas ao conteúdo, conforme mostra a figura abaixo que num dado momento foi escrito na lousa e transcrito pelo aluno, que era capaz de ler e socializar sua leitura, bem como a escrita com os demais colegas de classe, como se tivesse adquirido uma consciência que esta seria construída de forma sistemática.



Larissa

Durante o ano letivo procurei de forma interdisciplinar, sem fugir dos conteúdos propostos para a 3ª série, trabalhar a escrita de modo que meus alunos estabelecessem relações entre os diferentes alfabetos existentes em nossa sociedade. Entre estas atividades trabalhei letras de músicas conhecidas pelas crianças, que eram cantadas a partir de um texto escrito em letra cursiva, para que estas percebessem como se escreve de outras formas, palavras já conhecidas por elas. Uma das músicas trabalhadas por se tratar de uma terceira série, foi o hino da cidade de Hortolândia, tema do conteúdo de história, onde foi considerado o fato de os alunos terem a letra decorada, pois, toda sexta-feira desde a primeira série, cantá-la fazia parte do currículo da escola.

Outra atividade trabalhada era a associação de frases com letras cursivas e bastão para responderem atividades de interpretação do seguinte modo. Em uma atividade de Geografia os alunos copiam as perguntas escritas(por ser a letra com facilidade de compreensão da maioria dos alunos), com seus respectivos números, números estes que devem ser relacionados com as respostas que, em geral são compostas de uma palavra e sempre são escritas com letra cursiva. As respostas são escritas com letra cursiva por esta ser a letra em os alunos tem maior dificuldade de compreensão e pelo mesmo motivo são compostas de uma palavra, onde a atividade de correspondência se torna menos cansativa.

Uma atividade em que os alunos mostravam bastante entusiasmo em realizar era o Bingo de palavras, provavelmente por apresentar características de brincadeira, quebrando assim com a formalidade da sala de aulas. Eu escrevia na lousa de 20 a 25 palavras que os alunos apresentavam dificuldades ortográficas,

com letra cursiva e os alunos tinham que escolher 10 destas palavras e escrever em sua cartela (modelo anexo nesta página). Após todos os alunos terem escolhido suas palavras, eu começava a circular na lousa, as palavras escolhidas por mim. Os alunos que tinham escolhido a mesma palavra a qual eu circulava na lousa, grifava em suas cartelas e assim por diante até completarem as 10 palavras escolhidas e gritavam: Bingo. Quando a primeiro aluno bingava, eu conferia a cartela e um dos critérios de conferência eram conter as 10 palavras escolhidas por mim, e tinham também que estarem grafadas corretamente, para que o aluno fosse vencedor.

| Bingo de Palavras | |
|--------------------------|------|
| 1 - | 6 - |
| 2 - | 7 - |
| 3 - | 8 - |
| 4 - | 9 - |
| 5 - | 10 - |

Modelo de atividade

Considero que tais atividades foram válidas para que os alunos estabelecessem relação entre as letras de forma e as letras cursivas, bem como aprenderem a grafar a letra cursiva, pois, Larissa, já no início do segundo semestre teve uma melhora considerável com relação a categorização gráfica da sua escrita, onde ela, conseguiu ler sua própria escrita com letra cursiva e usá-la também para se comunicar com outras pessoas, alfabetizadas que compões a sociedade em que vive. Ou seja através desta escrita , que é diferente da escrita anterior, ela mostra que se apropriou de um outro tipo de alfabeto, podendo fazer uso também desta

escrita para se relacionar de alguma forma com os outros que fazem parte de seu cotidiano, aumentando suas repertório de escrita, como podemos ver na atividade anexa que segue:

ditado = banda das sete estrelas

era, sete meninas que ficaram cegas foram
virentes com a mãe - Figue, Pareira, Jia, que fã
era muito nobre e muito mais.

Os meninos de família de mais dinheiro
fome, pois eram pequeninos que não conseguiram
salvar frutos. Também não sabiam escrever nem
leer.

Estavam tão magrinhos que um dia, um nobre
parte ao ler o nome a criança se viu.

Larissa

Considerando o progresso obtido por Larissa, acredito ser bastante válida a proposta pedagógica do GEEMPA - Grupo de Estudo sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação – desenvolvido no Brasil, fruto de pesquisas feitas por Emília Ferreira à respeito da alfabetização e aprovada por especialistas na área de alfabetização, onde Grossi(1990) fala da importância da utilização de dois tipos de letra no início do processo de alfabetização, para facilitar a compreensão da criança quanto ao aspecto representativo da escrita que varia dependendo do contexto em que elas estão expostas e talvez este aluno não teria demorado quase três anos para estabelecer relações entre as letras de imprensa e cursiva:

O uso simultâneo de dois tipos de letras concretiza o fato de que símbolos podem ser múltiplos, enquanto aquilo que aquilo que é simbolizado é sempre único. Uma pessoa pode ser fotografada em várias situações diferentes e uma mesma foto pode ser reproduzida várias vezes, enquanto que a pessoa fotografada é uma só. Uma pessoa pode ser identificada pelo seu prenome, por apelidos ou por nome e sobrenome, enquanto ela é uma só pessoa. A experiência simultânea com dois significantes s de um mesmo significado, S, em vez de dificultar a correspondência S – s, dá flexibilidade às relações que vinculam discurso oral com texto escrito (pág.38).

Acredito ser válido destacar que os alunos Douglas e Larissa, eram alunos da 3ª série do ensino fundamental, considerados alfabetizados, fato que acredito se concretizar quando os indivíduos são capazes de fazer uso da leitura e da escrita com letras de forma e cursiva, porém

podemos perceber que a alfabetização conforme vimos na história é um ato político e nunca foi e nunca será um processo neutro, assim como a escola. Daí uma possível explicação sobre o porque que os métodos de alfabetização, como a cartilha, por exemplo, foi imposta num determinado contexto histórico e político, num outro momento retirado das escolas e agora com as novas tendências do PNLD, ela esta voltando, não com textos de forma descontextualizadas mas com as marcas predominantes como: as diferentes categorizações gráficas bem como a silabação, que também acredito ser outro tema de pesquisa conforme mostra a figura abaixo retirada do livro didático oferecido aprovado pelo MEC e indicado pelo PNLD nas escolas para a alfabetização dos alunos que ingressarão no ano de 2007.

3. Circule as sílabas começadas com b e trace o b minúsculo e o B maiúsculo:

bode **b**ode **b**alú **n**abo **b**obão
beco **b**ulé **b**ico **b**oia

Objetivos: Ler e escrever palavras formadas por sílabas iniciadas pela consoante b e outras combinações fonéticas; traçar a letra b/B, em cursiva.

b *B*

4. Complete as palavras com as sílabas do quadro:

| | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|------|-----|
| ba | be | ca | ba | na | bi | cama | cou |
| bi | bo | ca | ni | ne | bo | ca | bo |

Professora: Ampliar a atividade com outras palavras, como banana, bananada, abano, bebida, babado, baco.

5. Descubra os apelidos e os nomes destes personagens. A inicial é maiúscula:

| | | | | |
|-----------------|--------------|--------------|-----|------|
| <i>B</i> e/be ★ | <i>B</i> i ● | <i>B</i> o ★ | a ● | nê ★ |
|-----------------|--------------|--------------|-----|------|

 *Bê*
 ★ ★

 *Bi*
 ● ●

 *Bo*
 ★ ★

6. Forme palavras:

| | | | | | |
|----|-----|-------|----|----|------|
| bo | bão | bobão | bo | ca | boca |
| | né | boné | | có | boco |

Porém, alguns livros didáticos, destinados à alfabetização, ainda mantêm para o processo inicial de alfabetização somente a letra bastão, como sendo a única letra utilizada na construção da leitura e da escrita. Podemos entender que de alguma forma as crianças são consideradas limitadas, ou incapaz de entender as diferentes letras existentes no mundo que, durante o processo inicial de aprendizagem da leitura e da escrita. E talvez por esse motivo somente no segundo semestre é apresentado para a criança outros tipos de categorização gráfica. Categorias estas que antes apareciam nas cartilhas, mas agora com um diferencial bastante relevante, onde é explicado as diferenças entre os tipos de letras, existentes em nossa sociedade grafocêntrica, o que antes talvez não acontecia nas cartilhas como mostra o livro didático também oferecido pelo PNLD para a alfabetização de crianças no ano de 2007.

DIALOGO E EXPRESSÃO

O QUADRO ABAIXO APRESENTA LETRAS DE IMPRENSA (DE FORMA) E CURSIVA.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M |
| Q | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M |
| N | O | P | Q | R | S | T | U | V | W | X | Y | Z |
| π | Q | P | Q | R | S | T | U | V | W | X | Y | Z |
| a | b | c | d | e | f | g | h | i | j | k | l | m |
| a | b | c | d | e | f | g | h | i | j | k | l | m |
| n | o | p | q | r | s | t | u | v | w | x | y | z |
| n | o | p | q | r | s | t | u | v | w | x | y | z |

VOLTE À PÁGINA ANTERIOR E LEIA AS PALAVRAS QUE VOCÊ COLOU. DEPOIS, ESCREVA-AS NO ESPAÇO ABAIXO, UTILIZANDO LETRA CURSIVA. VEJA O QUADRO

PRODUÇÃO ESCRITA

CONHEÇA COMO AS LETRAS PODEM SER ESCRITAS DE FORMAS DIFERENTES. OBSERVE:



FANTOCHES



ARTE

ARTE

ARTE

REÚNAM-SE EM DUPLAS. UTILIZANDO APENAS UM JOGO DE ALFABETO MÓVEL, DISPONHAM AS PEÇAS SOBRE UMA CARTEIRA.

COMBINEM O NOME DE TRÊS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DAS QUAIS VOCÊS MAIS GOSTAM E MONTEM COM O ALFABETO MÓVEL.

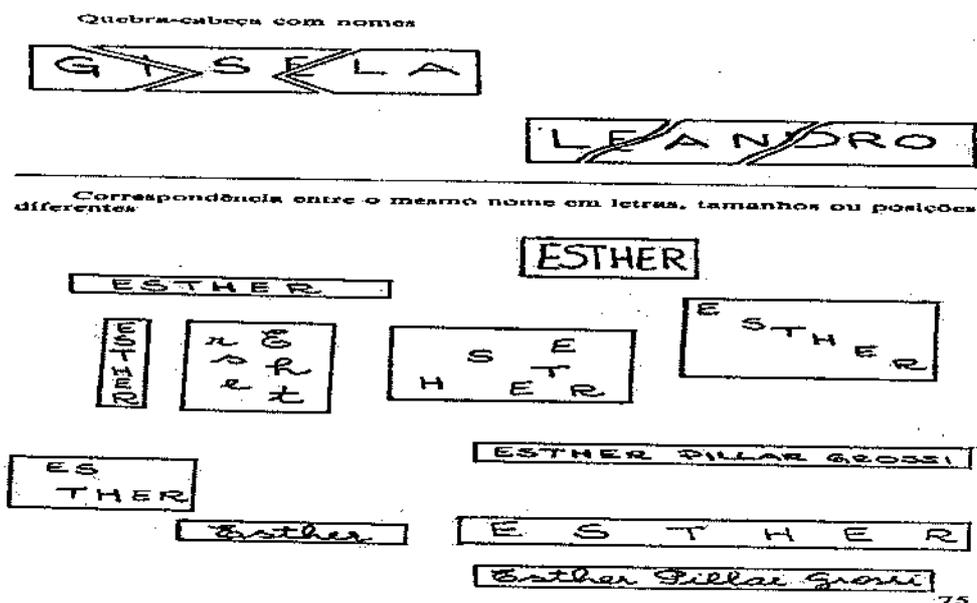
COPIEM AS PALAVRAS UTILIZANDO AS LETRAS DE IMPRENSA (DE FÔRMA) E DEPOIS A CURSIVA:

Textos retirados do livro de alfabetização : Descuberta e Relações de Cibele Santos e Josiane Sanson .

Observando estes novos modelos de alfabetização apresentados por este e outros livros didáticos, oferecidos hoje (2006), adaptados para uma nova concepção de alfabetização que estão de acordo como as políticas públicas atuais, fica clara a afirmação de Grossi (1993) com relação à alfabetização:

É necessário, ao longo do processo de alfabetização, que a criança faça o reconhecimento das letras, tanto nas suas formas como na posição arbitrária em que as formas devem ser consideradas. Para isso é importante trabalhar desde o nível pré-silábico com muitos alfabetos; junto com os alfabetos devem estar também o alfabeto de 0 a 9 (pág 70).

Em seu livro alfabetização em nível pré-silábico a autora apresenta uma série de atividades envolvendo a escrita, desde, jogos livres de manipulação, passando por jogos de análises das propriedades das letras (possuir, ou não interiores, números de pontes, ser constituída de curvas e ou de segmentos retilíneos, etc), até a escrita de palavras ou frases. Explorando letras de diversos tamanhos e posições, conforme mostra a figura abaixo:



Nesta atividade a autora sugere que trabalhemos com os nomes das crianças escritos nos crachás em diferentes posições e tipos de letras, para que elas percebam desde o início que existe uma variação nas formas de escritas, que poderão ser encontradas em seu cotidiano como um meio de comunicação.

Considerações finais

Retomando a história da alfabetização, os conceitos levantados sobre o tema, onde em linhas gerais estes se fundamentam no ato de ler e escrever as letras do alfabeto, processo esse que exige tempo, conhecimentos específicos aos envolvidos no processo de aquisição da língua escrita, não podemos ignorar o termo citado por Barbosa (1990) e por Soares (1991), que é o letramento. Segundo os autores citados, o letramento deve dar conta de abranger todas as funções sociais da escrita e as necessidades de inserção de um indivíduo em uma sociedade grafocêntrica como a nossa. Embora não faça parte de minha pesquisa, é importante entendermos o conceito de letramento, pois assim podemos perceber que os métodos de alfabetização foram sendo alterados para suprir a exigência de uma nova sociedade letrada onde, somente o fato de ser alfabetizado, no sentido de decodificar as letras do alfabeto, não é mais suficiente.

Porém, minha preocupação nesta pesquisa era entender como o processo de ensino e aprendizagem do código escrito deve acontecer, de forma a garantir que os alunos alfabetizados se sintam pertencentes a uma sociedade, sendo capaz de estabelecer relações entre os tipos de escrita que encontram em seus caminhos de tal modo a fazer inferências sobre o que está escrito, bem como o seu significado e como posso usar essas escritas a seu favor, com segurança, sem precisar que outras pessoas as traduzam, aumentando assim suas possibilidades de comunicação através da escrita.

Pude constatar que para que isso aconteça, nós professores temos que, de forma concreta, ensinar no processo de alfabetização a escrita de forma maiúscula, minúscula e cursiva, pois nenhuma delas aprendemos naturalmente e todas

exigem um ensino sistematizado e contínuo para que as crianças aprendam e se apropriem do código com segurança.

Abaurre (1990), coloca que um dos problemas a ser discutido referente a alfabetização está relacionado ao tempo de assimilação que é concedido para as crianças que precisam dominar uma técnica, mudando seus esquemas assimiladores relativo ao objeto de conhecimento: a língua escrita, bem como o tempo concedido aos professores que precisam além de dominar a técnica, compreender qual a é concepção de aprendizagem das crianças em relação a esta técnica. A autora coloca também outro problema relacionado aos conhecimentos lingüísticos:

O problema central é o seguinte: Quais são os conhecimentos lingüísticos relevantes para o projeto de alfabetização? Não se trata de incorporar a essa discussão todas as conquistas da lingüística – uma vez que isso nos desviaria de nosso objetivo e nos levaria a obscurecer o problema em lugar de torná-lo mais claro – mas sem determinar quais delas são pertinentes para a alfabetização. É importante então, que as pessoas responsáveis pela ação pedagógica reflitam a cerca dos quais são os aspectos do objeto de conhecimento que é necessário levar em conta quando se trabalha com o sujeito que está reconstruindo esse objeto (pág 77).

É interessante perceber que o tema alfabetização é um tema bastante complexo e polêmico e que inúmeras pesquisas, envolvendo diferentes especialistas da área de humanas vem contribuindo enormemente para que este processo aconteça de forma efetiva, considerando os indivíduos envolvidos nesses processos, bem como a necessidade de apropriação da leitura e da escrita em uma sociedade

como a nossa centrada na leitura e na escrita, tentando de alguma forma driblar as diretrizes curriculares, bem como as ideologias impostas pelo estado que conduzem a educação, que tem como primórdio a alfabetização, de acordo com o que acredita ser pertinente para o bom desenvolvimento de uma nação.

Ao longo de minha pesquisa, considerando desde a história da alfabetização até seus atuais conceitos, infelizmente, em nenhum momento existe uma afirmação ou especificação relacionada ao fato de quantos alfabetos o indivíduo deve conhecer para ser considerado alfabetizado, sendo este o fato que permeou minha pesquisa. Ainda me restou a seguinte questão: Lendo ou decodificando apenas um alfabeto, um indivíduo poderá ser autônomo, nesta sociedade grafocêntrica em que vivemos, onde o ler e o escrever é uma condição essencial pra uma vida social, sem limitações?

Acredito que, assim como Ferreiro (1985) define os diversos níveis de escrita, nós professores devemos tomar cuidado para não delimitar o nível de alfabetização que estamos oferecendo aos nossos alunos, uma vez que escolho um tipo de letra para alfabetizá-los. Considerando que boa parte da aquisição da língua escrita acontece na escola com a mediação sistemática e intencional do professor. Precisando assim, no processo de alfabetização, ser trabalhado os diferentes tipos de alfabetos, estabelecendo de forma sistematizada a relação existente entre as letras, para que os indivíduos consigam de forma clara fazer uso das leituras e das escritas existentes ao seu redor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Luiza M. **Os filhos do analfabetismo**: proposta para a alfabetização na América Latina/ org Emília Ferreiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARBOSA, José J. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1991.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & lingüística**. São Paulo: Scipione, 1993.

CHARTIER, A.M: **Novas definições no ato de ler**. In: Martine Poulain, Histoire des Bibliothèques Françaises: Paris:vol 4:1992.

COSTA, GERALDA B. **Uma panorâmica das transformações na concepção de alfabetização e origem da escola normal em Campinas no contexto Brasil – São Paulo** – Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Unicamp, 1997.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo:Cortez, 1985.

FREIRE, A.M.A **Analfabetismo no Brasil** : da ideologia de interdição do Corpo à Ideologia Nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anãs, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez, 1989.

GROSSI, Ester Pillar. **Didática do Nível Pré Silábico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Didática do Nível Silábico**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Ester Pillar. **Didática da alfabetização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LEITE, Sergio A. **Alfabetização e Fracasso Escolar**. São Paulo: Edicon, 1988

LENER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. 1ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

LURIA, A.R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **Diante das Letras**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

SILVA, Maria Alice S.S. **Construindo a leitura e a escrita**. São Paulo: Ática, 1988.

SMOLKA, Ana L.B. **A Criança na Fase Inicial da Escrita: A Alfabetização como Processo Discursivo**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Magda B. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1991.

VYGOTSKY, Lev.S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1984.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

